



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 11 | Ano 2023

# NAS FRESTAS DO CONVÍVIO NO SUDOESTE DE ANGOLA (1750 E 1785)

IN THE CRACKS OF CONVIVIALITY IN SOUTHWESTERN  
ANGOLA (1750 AND 1785)

---

**RESUMO:** O texto analisou a dinâmica social da região de Moçâmedes, no sudoeste de Angola, a partir da segunda metade do século XVIII. A presença portuguesa gerou uma estranheza familiar. Duas “comitivas” produziram experiências descontínuas no projeto colonizador. Experiências que emergiram num caldo cultural de realidades locais e regionais dos povos herero que se misturavam a outros mundos representados por luso-africanos portugueses. Os mediadores desempenharam papéis, em geral, ambíguos e contraditórios. Nas frestas do convívio, o mal-estar cultural da relação entre o império formal e informal foi fundamental na dinâmica interna que diversificavam as modalidades de respostas, se apoderando e privatizando signos, interditando entidades fundacionais como a tradição, o passado, a memória e as línguas africanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hereros; Convívio; Portugueses.

---

**Ronald Lopes de Oliveira**

**ABSTRACT:** The text analyzed the social dynamics of the Moçâmedes region, in southwest Angola, from the second half of the 18th century onwards. The Portuguese presence generated a familiar strangeness. Two “entourages” produced discontinuous experiences in the colonizing project. Experiences that emerged in a cultural broth of local and regional realities of the Herero peoples that mixed with other worlds represented by Portuguese Luso-Africans. Mediators played generally ambiguous and contradictory roles. In the cracks of coexistence, the cultural malaise of the relationship between the formal and informal empire was fundamental in the internal dynamics that diversified the modalities of responses, seizing and privatizing signs, interdicting foundational entities such as tradition, the past, memory and African languages.

**KEY WORDS:** Hereros; Conviviality; Portuguese.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

---

## NAS FRESTAS DO CONVÍVIO NO SUDOESTE DE ANGOLA (1750 E 1785)

Ronald Lopes de Oliveira <sup>1</sup>

### **Introdução**

O texto em tela se propôs a analisar a ocupação e a dinâmica social interna da região do interior do sudoeste de Angola. Especificamente, a região de Moçâmedes detinha povos locais e regionais que se mesclavam com holandeses, brasileiros, ingleses e portugueses vindos da costa e do interior desde a segunda metade do século XVII. Dentro dessas variedades transculturais, os portugueses se distinguiam com insistências racialistas de colonização e negociações oriundas, por vezes, das políticas do governo imperial da época.

Os efeitos desses (des)encontros produziram rotas comerciais, alianças matrimoniais, conflitos e múltiplas realidades misturadas a partir da segunda metade do século XVIII, inclusive fundando Moçâmedes ao sul de Benguela a partir de 1785. A narração desse texto envolveu o mal-estar cultural instalado nos lugares ocupados por aqueles mediadores sociais das realidades misturadas. Lugares esses que, ora se diferenciavam via negociações, ora com resistências contra condições dessubjetivadoras de colonização daquelas terras. Para dar conta dos agentes que se tornaram vetores sociais, utilizei os conceitos de “Império Formal” e “Informal” para entender o espaço de realização de seus interesses, sem deixar de atender a correlação de suas aspirações. Destacou-se que, tanto o império “formal” quanto o “informal” cresceram e se expandiram numa relação assimétrica de interdependência através de um conjunto de atividades não-oficiais e não controladas pelas estruturas metropolitanas de governo. Apesar das fronteiras borradas desses dois impérios, eles não definiram interações, mas fundamentaram o processo de expansão portuguesa.

Entendo que os colonizadores portugueses subverteram as relações locais e regionais pela lógica colonial. Lógica essa que pervertia o outro através da nomeação carregada de pregnâncias da zootecnia, das descobertas genéticas mendelianas e eugênicas de crioulização (AMSELLE, 2017). No entanto, é importante lembrar que os nomes e as palavras têm um alcance muito amplo e que a relação entre eles e os objetos é arbitrária. Como afirma Bazin (2017, p. 124) "a etnia nunca é um simples quadro formal cuja comodidade operatória compensaria o arbitrário". Logo, ao se referir aos portugueses pretendi desarticular subjetivamente o modo operatório colonial.

### **Dinâmicas e conflitos nas frestas da convivência entre portugueses e povos herero**

A criação da região de Moçâmedes em 1785, no sudoeste de Angola, foi uma resposta dos mecanismos de defesas dos povos *hereros* frente ao ataque colonial português empreendida nas incursões ao longo do Rio *Bero* (TORRES, 1950, p. 22-23; HESPANHA 2019, p. 215-249). As territorialidades onde ocorreram os conflitos demonstraram a dimensão demográfica deste império informal frente à presença lusa, para além da expansão oficial desde o século anterior. Ao mesmo tempo, as negociações comerciais e as alianças realizadas entre povos locais e portuguesas decuparam as relações e permitiram mesclas que tornavam a adaptação lusa ao sudoeste de Angola mais facilitada. Construía novas relações de prestígio, inseriam-se socialmente e atuavam em diferentes frentes, como soldados, intérpretes, comerciantes, médicos, cirurgiões, clérigos e missionários, permitindo pelas frestas do convívio uma circularidade de experiências que punham em contato a experiência portuguesa com outros mundos tão distintos (HESPANHA 2019, p. 215-249).

Desta maneira, já havia plena dinâmica social a partir da primeira metade do século XVIII no sudoeste de Angola entre povos locais e regionais que produziam interações com os portugueses. Havia trânsitos dos povos *hereros* entre o interior e a costa que estabeleciam rotas suficientemente ligadas a presença oficial dos portugueses. Em muitas ocasiões, os *hereros* reivindicavam atribuições portuguesas; em outras, o tratamento dado a eles detinha àquelas prerrogativas. Eles eram os “ambaquistas”, povos volantes que percorriam os caminhos do comércio do sertão. Ao sul, a colônia de Benguela abriu para os territórios do planalto do Bailundo, habitados por povos *ovimbundos*, no qual estava situado o posto avançado da Bié. Para chegar lá, percorreu-se um caminho que passava por localidades comerciais de Caconda, Quilengues e Sambu. Elas ocupavam posições estratégicas importantes para a abertura de uma zona demográfica e comercial do interior para a costa no Sudoeste de Angola (TORRES, 1950, p. 22-23; HESPANHA 2019, p. 73-85).

A partir de 1750, o domínio político português estabeleceu redes de fortalezas, chamados de “presídios” nos locais comerciais que delimitavam zonas de influência correspondente a sobados e avassalados, controle de feira ou de rotas de expedições comerciais chamadas de “comitivas” para o interior. *Ambaquistas*, *pombeiros* e *mubires* eram mestiços que formavam essas “comitivas”. Na costa, comerciantes luso-brasileiros tratavam com mercadorias trazidas por “sertanejos”. Eles, por sua vez, ligados aos seus funcionários e agentes, muitas das vezes, tinham relações com as feiras do interior. Eles eram os “*pombeiros*”, como por exemplo guias, angariadores de carregadores ou contratadores de produtos locais. Todos eles tinham pontos de contato no interior com os *hereros*. Estes facilitadores eram, por vezes, “brancos” que se fixaram

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). [ronald.lopes80@gmail.com](mailto:ronald.lopes80@gmail.com)

no “sertão” por casamento ou mancebia, formando povos *lusu-africanas* e, portanto, mestiças. Ocupando posições de mediação, os líderes e oficiais locais chamados de “*moradores*” se desvinculavam dos costumes e rituais *hereros*, operando como guias locais e cabeças de linhagens patrilineares autônomos. Nesse momento esclareço que:

“as raízes biológicas desses moradores remontaram em alguns casos a uniões longínquas no tempo entre mulheres africanas e os conquistadores e comerciantes portugueses ativos na região. Mas a maior parte provavelmente descendia de antigos escravos, refugiados e outros elementos africanos que, a partir do século XVII, se juntaram sob a proteção portuguesa, dando lugar a uma mistura contínua e intensa” (DIAS, 2000, p. 607).

Eles se esquivavam da subordinação aos irmãos “*mais velhos*” das suas mulheres, onde ambos herdavam seus bens (DIAS, 2000, p. 607; HESPANHA 2019, p. 73 a 85). Era uma das táticas de não conceder bens por força de lei parental, ao mesmo tempo, se constituíam como referências sociais. Esses “moradores” independentes habitavam taticamente zonas fronteiriças entre a costa e o “sertão” e se tornaram “sertanejos”. Eles também facilitavam a ligação do comércio português do litoral com sociedades fornecedoras de escravizados do interior, formando redes de parentescos espirituais e de outras transações comerciais (NEWITT, 2001, p. 1-21).

A dinâmica interna desses mediadores sociais diversificava as modalidades de respostas dos povos locais e regionais frente a penetração dos portugueses ao interior, que se intensificou a partir dos anos finais do século XVIII. Os europeus e mestiços regionais chamavam os *hereros* de “Mucurocas” que, muitas das vezes, detinham idiomas em comum. Entretanto, o termo abrangeu várias modalidades distintas de povos. Estes, por sua vez, responderam de acordo com as orientações dos saberes e sensibilidades oriundas de seus espaços simbólicos em seus rituais. Veremos a seguir que se utilizando de comitivas, *lusu-africanos* destruíram, consciente ou inconscientemente, espaços simbólicos “Mucurocas” expressados em rituais derivados de seus sistemas culturais na região do rio *Bero*.

Uma pequena fragata chamada Loanda foi a primeira de uma frota a desembarcar no “grande ancoradouro” da baía de Angra do Negro, em outubro de 1785. Ao desembarcarem, confirmaram as vinte e oito inscrições gravadas numa grande “pedra branda” que muitos viajantes relataram em suas incursões. A baía também é a foz do rio *Bero* que nasce no “sertão”. A fragata era da frota que fazia parte de um plano, encomendada no ano anterior, pelo barão José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, governador de Angola e Goiás. Apesar do monopólio comercial em Benguela, havia um precário projeto de dominação simbólica empreendida pelo Estado Monárquico Português para aqueles territórios a sudoeste de Angola (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2020; MARCOCCI 2011, p. 65-100). O objetivo era “aliciar” os

“Mucorocas” para que “estrangeiros” não ocupassem os territórios ao norte. Necessitava-se assim “fazer-lhes amar as comodidades do comércio, provendo-os de trocar” seus produtos agrícolas e escravizados (TORRES, 1950). Ao que parece, esses “estrangeiros” não incluíam os ingleses, porque Portugal firmou acordos comerciais com a Inglaterra, anos antes, nos tratados de *Methuen*. Acordos que implicaram em algum desenvolvimento manufatureiro em Portugal a partir da segunda metade do XVIII e geraram condições empenhadas de consumo de tecidos (BATISTA, 2014). Além disso, os exploradores portugueses utilizavam cartas náuticas inglesas para produzir saberes sobre a costa de Angola. Nessa época os ingleses nomearam a baía de Angra do Negro como “*Little Fish Bay*”. Vale ressaltar que encontrei essas expressões em dois documentos. Isso sugere que as relações náuticas e comerciais de ambos eram, por vezes, estreitos (ANAIS, 1839, p. 459-468).

As ações do barão José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho se alinharam às políticas de colonização ao sul daquele território, então, solicitou ao Conselho Ultramarino o financiamento de duas “comitivas”. Uma por terra e outra pelo mar que saíram de Benguela na mesma data. O capitão Luiz Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado liderou a “comitiva” marítima composta de uma “fragata” chamada “Loanda”, “um escaler e uma lancha”. Já a força terrestre, como veremos mais adiante, tinha mais de mil “negros”, 20 soldados, dois porta-bandeiras, um tenente de artilharia e um piloto. O “sertanejo” Gregório José Mendes acompanhado de “pombeiros” e “mubires” liderava essa força terrestre (TORRES, 1950, p. 37-38).

As duas “comitivas” partiram da cidade de Luanda em 25 de maio de 1785 com destino a baía de Angra do Negro, e chegaram à província de Benguela trinta e cinco dias depois com uma parada de cinco em Novo Redondo. A bordo do “escaler e da lancha” estavam Pinheiro Furtado, Antônio Valente e Caetano Firme. Como planejado, essas embarcações acompanhavam a “comitiva” que foi por terra “dando-lhes apoio” até Benguela, para depois, partir em direção a baía Angra do Negro na futura Moçâmedes. Já a fragata comandada pelo capitão-piloto Manuel José da Silveira seguiu direto para Angra e chegou na baía em 3 de agosto do mesmo ano. Vinte e oito dias depois chegou o “escaler e a lancha” com o líder da “comitiva” marítima. O documento completo se encontra em Relatório do Visconde de Sá da Bandeira, apresentado às Câmaras em 1859.

Ao subir a fragata, Pinheiro Furtado soube que naqueles vinte e oito dias de intervalo, alguns tripulantes desembarcaram na praia e subiram a pé pela foz do rio *Bero*, “contra as ordens dele”. O tenente de artilharia José de Sousa Sepúlveda foi com o cirurgião Francisco Bernardes e dois marinheiros “incendiar por duas diferentes vezes as cabanas dos negros que encontrou desertas” no intuito de encontrar “lenha a certa distância do porto”. Depois, “trinta e quatro negros” se apresentaram “com aparência de sincero trato e venda de gados por fazenda, os

reduziram e mataram na praia com zagaias, despojando-os dos vestidos”. O tenente ainda alcançou a embarcação para levá-lo ao navio e receber os primeiros socorros, “porém mortalmente trespassado pelo peito, expirou logo nela”.

Chamadas pelos portugueses de povos “mucurocas”, elas não tomavam suas “cabanas” apenas como espaços simbólicos de moradias, mas *ogandas* também eram locais sagrados. Cada *oganda* abrigava dois ou três grupos familiares que, não necessariamente, eram parentes entre si. São os homens mais-velhos que habitavam e governavam sua *oganda*. Eles estabeleceram parcerias entre si que implicavam na exploração do gado em conjunto e as mantiveram sob a sua incidência imediata, formando famílias pelo parentesco ritual de devoção ao gado. Nas *ogandas* se realizavam rituais de passagem como nascimentos, matrimônios e enterros além do convívio com seus ancestrais (CARVALHO, 1997, p. 46-51). Logo, naquele momento, os *lusso-africanos* não apenas destruíram “cabanas” como espaço de suas moradias, mas ameaçaram o próprio sistema simbólico de sobrevivência “mucurocas” daquelas localidades.

Para os *lusso-africanos*, tais “assassinatos” ocorreram “muito” perto da foz do rio *Bero* que desagua na baía de Angra do Negro. A partir daquele momento, o líder da “comitiva” marítima, chamou aquela localidade e sua região de Moçâmedes em homenagem ao barão, José de Almeida Vasconcelos governador de Angola e Goiás (TORRES, 1950, p. 37-38; DIAS, 2000). Essa nomeação encobriu a violação do espaço sagrado dos “mucurocas” cometida pelos colonizadores. O mal-estar instalado nos atos de nomear, entre a homenagem ao barão e a destruição das *ogandas*, gerou uma perda de experiência impossível de simbolizar. Em consequência, os transtornos sociais e psíquicos retornavam em seus sistemas econômico simbólico de modo traumático, trágico e falho, auferindo condições dessubjetivadoras em distintos níveis.

Pinheiro Furtado ainda em seu relatório final disse que fez contatos com povos “mucurocas”. Que os “negros” que fizeram tais “assassinatos” eram habitantes da região, que “não tinham local fixo” e eram “na maior parte pastores vagabundos, sem qualquer agricultura” (TORRES, 1950, p. 37-38). Essas acusações apontaram mais um modo de justificar a violação empreendida nas “cabanas” e satisfazer desejos baseados nas suas representações de dominação, exploração e reforçadas a partir de discursos circulantes entre a maioria dos povos *hereros* contra os minoritários *hereros-kuvale*. Utilizando dos métodos científicos de sua época, depreciou o modo de vida dos “negros” porque entendeu também que “não se lhes encontrou o menor sinal de indústria”, “desconheciam a pólvora e as armas de fogo, servindo-se apenas de zagaias e de setas, como instrumentos de ataque e de defesa”. “Usavam como único vestuário, uma pequena pele de animal a cobrir pela frente”. Pinheiro Furtado, em certo momento, ainda pediu escravizados a eles, mas não “tinham trazido nenhuns”. Apesar disso era gente “tratável”.

Portanto, tanto Sepúlveda como Pinheiro Furtado encontraram na embocadura do rio Bero povos que viviam, sobretudo, dos peixes das praias e de “excelentes carneiros que ali eram abundantes”, mas escasso gado bovino. Pinheiro Furtado elaborou cartas geográficas que assinalou como “Mucorocas”, ao norte do rio *Bero*. Esses povos eram distintos, mas cerrados debaixo do mesmo termo no sistema simbólico de nomeação *lusu-africanas* dos portugueses. Logo, a construção de um discurso científico com base na exploração econômica que se intentavam dominar eram maneiras de legitimar o direito de posse português sobre aqueles territórios imaginariamente em disputa com outras potências europeias imperiais. Ao mesmo tempo, criavam comunidades políticas étnicas traçando limites entre povos culturalmente distintos e sujeitando-os a leis ditas costumeiras (MAMDANI, 2020, p. 334-362).

Por outro lado, no sistema de localização e autoidentificação *hereros*, “Mucurocas” eram povos que se distinguiam pelas suas economias simbólicas. Remetendo ao rio *Kuroka* ao sul, o termo “abrigou” algumas modalidades de povos regionais e locais *hereros* (CARVALHO, 2000, p. 42). Neste contexto temos os povos *hereros-kwisis*, que eram caçadores e coletores vivendo pelas praias, usando um idioma “estalo”; *hereros-kwandos* e *hereros-kurokas*, que transitavam nas regiões próximas ao rio *Bero* ao sul, além dos povos do *Bumbo* (*Capangombe e Munhino*), e muitas do *Dombe*, com destaque para *hereros-kuvale*. Suas estratégias produtivas específicas da gestão do gado, ainda que distintas, mas que envolviam carneiros se dilataram para o norte do rio *Kuroca*, em direção ao planalto de *Huília* a partir da primeira metade do século XVII (GONZÁLEZ-RUIBAL; VILA, XURXO; APARÍCIO; CHEMERE, 2009, p. 53-62). Esses “criadores de carneiros com alguma agricultura” circulavam no vale inferior do rio *Bero* e se expandiram em direção ao norte do rio *Kuroca*. Eles formavam povos distintas daquelas que a força terrestre encontrou depois de passar pelo *Bumbo* (*Capangombe e Munhino*) como veremos a seguir.

Pinheiro Furtado contratou o “sertanejo” Gregório José Mendes, para criar outra “comitiva” porque ele era dono de uma empresa de seis navios. Apesar do pouco apoio militar concedido pelo governo, Mendes organizou uma força terrestre com mil e trinta “negros”; 20 soldados; um tenente de artilharia; dois porta-bandeiras e um piloto. A comitiva militar formada por *ambaquistas*, *pombeiros* e *mubires* consumiam “10 bois e 30 carneiros por dia”. Saiu de Luanda sob seu comando, caminhou trinta e quatro dias por “terras áridas” até chegar em Benguela. Nesse trecho, o “escaler e uma lancha” de Furtado acompanharam a comitiva de Mendes. Enquanto Furtado seguiu viagem para a baía de Angra do Negro pelo mar, Mendes caminhou por terra em direção ao sul. A comitiva de Mendes bordejava o litoral do território para depois retornar pelo “sertão”, e chegou à Moçâmedes no dia 03 de agosto de 1785 (TORRES, 1950, p. 42-45; CARVALHO, 2000, p. 39). Eles descansaram na foz do rio *Bero* que

desagua na baía de Moçâmedes porque encontraram um bom clima, a riqueza do mar e a “abundantíssima água doce de excelente peixe”. Mas, quando chegou nesta região não encontrou habitantes porque a “notícia” de represália pela morte dos marinheiros portugueses já havia se espalhado. No dia 08 de novembro reiniciou a penetração para o interior do território, seguindo o leito do rio *Bero*, então conhecido por rio das Mortes por causa do episódio dos marinheiros mortos.

Continuando a exploração pararam em São João da Quimina já esgotado de “víveres e provisões”. O *sertanejo* Gregório deu ordens para sua “comitiva” organizar uma guarnição de setecentos homens com “120 armas de fogo”, “para a captura de gados que suprissem o sustento durante o resto da marcha” (TORRES, 1950, p. 42-47). Foram capturados 500 bois e 2000 carneiros dos “selvagens” pela força das armas. Nesta mesma localidade, Gregório Mendes aprisionou “uma negra e um negro com uma mulher e filhos” presenteando-os com panos. O “negro” serviu de guia até um local chamado Mesa, subindo um dos afluentes do rio *Bero* chamado *Sayona*.

Vale lembrar que este episódio marcou zonas de interações entre portugueses e *hereros*, cujos efeitos asseguraram interações culturais se tornando vetores do processo de mestiçagem. Efeitos esses que resultaram em povos *Kimbari* que habitaram a região de Moçâmedes a partir da década de 40 do século XIX, mas não se livraram das marcações sociais racialistas e facilitaram ainda mais a atuação de Portugal. Nesse momento é preciso ter cuidado com o termo “mestiçagem” e seus derivados, porque não são lugares cativos de uma colonialidade em curso, são *tropos* racistas pressupondo exclusividade nas culturas colonizadas. Além disso, há uma “extorsão” na relação entre mestiços e não-mestiços, já que *Kimbares* é o termo utilizado no meio urbano ou *Tymbares* no meio rural (MATA, 2013, p. 15-35).

Elas são povos que habitavam entre o deserto e o mar que abrangia Bentuaba ao Kuroca, Carujamba pelo Giraul junto a foz do rio Bumbo. Após a chegada da segunda leva de pernambucanos, em 1849, o governo forçou a prática da agricultura nos povos locais, mas houve resistência, então, trouxe trabalhadores de fora da região do Bumbo. Com as interações formaram os kimbares-tymbares, as elites locais os chamavam de “patrícios do lugar”. Kimbares-tymbares falavam o português, umbundo e kimbundo. (CARVALHO, 1997, p. 15-16). Estes últimos também marcaram zonas de interações permanente e questões de roubo com a região do Bumbo (*Capangombe* e *Munhino*), situada no “sopé da serra, a nordeste”. Sobre estes contatos com os habitantes de um morro situado perto do Bumbo (*Capangombe* e *Munhino*), relatou o *sertanejo* Gregório Mendes:

"Deixei vestido o grupo de habitantes que regia o monte sem lhe fazer hostilidade alguma, com promettimentos de praticar ele em diante boa



correspondência com os lusitanos. Até agora sempre estes gentios foram rebeldes, porque os que aqui haviam passado, tinham ido para destruí-los e tomar-lhes os seus gados que possuíam em número infinito” (TORRES, 1950, p. 56).

Conforme a “marcha” avançava, Mendes encontrava *hereros* que estabeleciam alianças com ele como, por exemplo, os sobas do Bumbo na região das províncias de *Capangombe* e *Munhino*. Entretanto, a todo passo, significativa quantidade de *hereros* revidavam saques e ataques a Mendes no intuito de recuperar os bois que ele roubou. Mas, as contra investidas não surtiram os efeitos esperados. Mendes prosseguia com “guias” que capturava pelo caminho, enforcava indivíduos que tentavam pela sabotagem, sem sucesso, reaver seus gados. Quase capturou o líder dos *hereros* que se defenderam do tenente Sepúlvedas e seus marinheiros portugueses. O nome do chefe era “Mochuro” habitante da foz do rio *Bero* que fugiu para essa localidade. Ele “acoitou-se numa furna” e escapou da violenta perseguição imposta por Mendes. Na fuga, “Monchuro” abandonou um saco de couro com uma marmita de cobre, duas facas de mesa, uma colher de prata marcadas com o anagrama de Sepúlveda e mais de seiscentos “carneiros” que serviu de alimento para as tropas de Mendes. O soba da região, *Muene Bumbo*, fez um ritual de aliança com Mendes e prometeu a captura do “negro Monchuro” apresentando “ostentação pública e com demonstrações de boa amizade” (TORRES, 1950, p. 40). Mesmo assim, Mendes nomeava esses povos de *Mucuroca*, apesar de “ver” que havia distinções entre elas.

*Mucuroca* foi o termo produzido por um sistema simbólico de dominação que não distinguiu povos dedicados a economia pastoril como as do *Bumbo* (*Capangombe* e *Munhino*) ou do *Dombe*. Como no caso de Mendes, o termo “abrigou” modalidades de povos: *hereros-kwis* quando a comitiva passou pela “praia e acharam pedras de ferir fogo e restos de cabanas”. *Hereros-kurocas* e *hereros-kwandos*, no momento em que Mendes passou pelas “margens do rio Bero” e achou “lenha para presídio e pedra necessária para moradia”. (TORRES, 1950, p. 41) As terras marginais daqueles cursos de água “habitavam-nas selvagens incultos que se alimentavam de carneiros e peixes”. Mendes conseguiu ainda capturar um “velho” que a ele disse “que aqueles povos tinham seus chefes, mas eram pouco numerosos, com a única e grande riqueza de muitos rebanhos de carneiros e algum gado *vacum*, vivendo todos de roubos”. Os povos de distintas modalidades atacaram a comitiva de Mendes, dentre elas estavam os *hereros-kuvale*, mas que aqui subsumiu com outros povos *hereros* no mesmo sistema de nomeação *lusoafricanas* portuguesas (TORRES, 1950).

“Pastores vagabundos”, “negro”, “Mucurocas” foram alguns termos utilizados de maneira sistemática pelos agentes da colonização portuguesa que enquadraram os povos *hereros* numa nomeação depreciativa, racializante e genérica. Mesmo observando multiplicidade de formas de

pensar e agir dos povos locais e regionais, os *luso-africanos* desencadearam um processo de colonização na direção de uma intencionalidade que rebaixava tais povos. Ao mesmo tempo, arvoravam a si mesmos como “brancos-europeus” portugueses ainda que mestiços. A operacionalização dos projetos imperiais formais de teor colonizador, inventando etnias e criando “outros” reforçou a preocupação em conhecer os povos do império informal português. Esse processo demonstrou, muitas vezes, mais o enquadramento de seus pensamentos nas perspectivas racistas-científicas da época, do que as próprias formas de vida daqueles povos locais e regionais (SANTANA; FERREIRA; NASCIMENTO, 2020). Não era a primeira vez que esses povos receberam visitas de luso-africanos que se apresentavam como portugueses e *sertanejos* (ARCHIVO PITTORESCO, 1867). Elas utilizavam uma língua bantu acessível a Gregório José Mendes, que tinha seus negócios marítimos em Benguela onde era residente provisório. Portanto, os percursos históricos *hereros*, destaque para os *hereros-kuvale*, passaram por Benguela e *Dombe* durante o fenômeno das transumâncias de séculos anteriores (ESTERMANN, 1960).

Os povos *hereros-kuvale* não entendiam seus “gados” apenas como sistema econômico simbólico para sua sobrevivência como outros *hereros*, mas também consagrados pela sua devoção ao leite. Do domínio do sagrado afetado simetricamente pelo domínio econômico mantiveram seus rituais de ordenamento sociocultural, antes dos contatos com portugueses. Para se ter ideia da importância do gado para esses povos locais, durante o percurso da transumância elegiam um “boi” à *kekwa* quando obrigavam seus gados a passarem perto de algum cemitério. O destino do “boi” se ligou a morte do pai dentro do sistema de parentesco-ritual. Isso significou que os bezerros da vaca sacrificada, obrigatoriamente à catana, passariam junto com os cornos da mãe e outras crias pelo cemitério. Ao passarem, lhes cortavam suas orelhas e o sangue vertido passava pela sepultura da mãe. Qualquer violação desse interdito era uma violenta agressão ao fogo, símbolo sagrado do parentesco ritual dos *hereros-kuvale* (CARVALHO, 1992, p. 52).

Com a violação do gado empreendida por *sertanejos* e *lusos-africanos portugueses*, significativa parcela de povos *herero*, incluindo os *kuvale*, estavam sem gado. Para além da fome, eles se encontravam em situação precária para a feitura de seus rituais e do cumprimento de suas práticas culturais em decorrência da violência perpetrada pelos portugueses, tanto no que tange ao físico como no simbólico. Precariedade essa que forneceu impulso fundamental para parte desses povos formarem tensas alianças no intuito de reaverem seus gados roubados pelos *lusos-africanos portugueses*. Logo, consideramos que os povos *herero* como *hereros-kurocas*, *hereros-kwandos* e *hereros-kuvales* iniciaram seus processos de recuperação de gado próximo ao rio *Bero* ao sul, no *Bumbo* (*Capangombe* e *Munhino*) e no *Dombe*. Mendes, conforme se verifica, roubou o gado deles. Dentre eles, destacaram-se os *hereros-kuvale* que acirraram

resistências por meio de ataques e sabotagens, dentre outras táticas de guerrilha para protegerem seus sistemas simbólicos de gado com devoção ao leite.

No ano seguinte desses episódios, em 18 de janeiro de 1786, o barão de Moçâmedes escreveu cartas a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, e ao D. Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque, *Marquês de Angeja*, vice-rei do Brasil e das Índias. Cartas que relatavam os empreendimentos, percursos das duas comitivas e insistia em mais financiamentos para continuar a colonização ao sul. Os investimentos estavam suspensos porque, ao que parece, pouco tempo depois que saiu a comitiva por terra, o secretário do Governo de Angola, João Ribeiro, convenceu ao barão de Moçâmedes encarregar seu sogro a colonizar e escravizar “o sertão de Benguela e descobrir o Cunene” (FELNER, 1940, p. 8). Promovido ao posto de sargento-mor e nomeado comandante da fortaleza de Penedo, o sogro, Antônio José da Costa, monopolizou o comércio no interior de Benguela pela violência física. Promoção essa que veio por causa de suas “façanhas no interior” que escravizou povos e “confiscou” mercadorias (FELNER, 1940, p. 8-9). Afirimo, então, que esses empreendimentos, dentre outros, eram mais rentáveis para o Barão que permaneceu no cargo de governador de Angola e Goiás até 1790, quando renunciou em favor do seu filho, o cargo ofertado pelos portugueses.

### **Considerações finais**

O texto em questão analisou a ocupação e dinâmica social interna da região do interior do sudoeste de Angola, especificamente a região de Moçâmedes, que detinha povos locais e regionais que se mesclavam com diferentes grupos vindos da costa e do interior desde o século XVII. Utilizei os conceitos como Império Formal e Informal para entender o espaço de realização dos interesses desses agentes sociais. Também descrevi a criação da região de Moçâmedes em 1785 como uma resposta nos mecanismos de defesa dos povos locais frente à presença lusa para além da expansão oficial desde o século anterior. Por meio de negociações comerciais, conflitos e alianças, a penetração dos portugueses ao sudoeste de Angola tornou-se mais colonial, permitindo uma circularidade de experiências que punham em contato a experiência portuguesa com outros mundos tão distintos.

Vimos que as duas “comitivas” produziram experiências descontínuas no projeto colonizador português, já que houve interrupção nos empreendimentos por parte do barão inserido numa conjuntura política específica. Entretanto, dessas experiências emergiram a criação da região de Moçâmedes e transtornos sociais impossíveis de simbolizar. Também se inventou estabelecimentos de rotas comerciais e um caldo cultural de realidades locais e

regionais que se mesclavam em outros mundos representados por luso-africanos que se apresentavam como portugueses.

Nesses espaços de conflitos e negociações, povos *hereros* se imbricavam com diversidades portuguesas densas o suficiente para produzir mediadores sociais que desempenhavam múltiplos papéis, em geral, ambíguos e contraditórios. O mal-estar cultural da relação entre o império formal e informal demonstrado nos atos de nomear das experiências implicadas foi fundamental na dinâmica interna desses mediadores que diversificavam as modalidades de respostas dos povos locais e regionais frente a penetração dos portugueses ao interior, inclusive contribuindo para essa penetração.

O discurso científico com base na exploração econômica não passava ao largo. Ele também se destacou sobre as identidades diferenciadas coletivas, promovendo maneiras de legitimar a posse dos portugueses e atuando em conjunto com a força da violência física, articulada com o sistema de nomeação simbólico homogeneizante. Nas frestas do convívio no sudoeste de Angola, esses fatores saqueavam patrimônios herdados do passado pelos povos locais que, se apoderando dela, privatizou signos e interditou entidades fundacionais representados pelo gado como a tradição, o passado, a memória e a língua africanas.

### Fontes primárias

Anais Marítimos Coloniais: número 12, 5ª. série, p. 459-468. Relatório do ocorrido na comissão da corveta Isabel Maria à Costa do Sul das possessões portuguesas na Costa Ocidental d' África em agosto de 1839. Disponível em: <https://archive.org/details/annaesmaritimose55lisb/page/459/mode/1up> Acessado em 12/04/2022.

Ver também documentos MSS no Arquivo da Câmara Municipal de Moçâmedes, "Annaes do Município de Moçâmedes", de fls. 1 a 3-V, anos de 1839 a 1849. Disponível em: [https://mossamedes-do-antigamente.blogspot.com/2010\\_11\\_13\\_archive.html](https://mossamedes-do-antigamente.blogspot.com/2010_11_13_archive.html) Acessado em: 24/03/2021.

*Archivo Pittoresco*: semanário illustado/editores proprietário, CASTRO IRMÃO & Ca. Typografia de CASTRO IRMÃO, Rua boa vista, Palácio do conde de Sampaio. Volume X-1867. Lisboa.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela: extraídos de documentos históricos**. Divisão de Publicação e Biblioteca. Agência Geral das Colonias. Volume 1. 1940, p. 8-9.

Relatório do Sr. Visconde de Sá da Bandeira, apresentado às Câmaras em 1859. In: **Archivo Pittoresco**. Lisboa: Ed. e Propr. Castro & Irmão Cia, 1860, vol. 4º, p. 160.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMSELLE, Jean-Loup. "Introdução" e "Etnias e espaços: para uma antropologia topológica". In: AMSELLE, Jean Loup; M'BOKOLO, Elikia. (Orgs.). **No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 29-73.

BATISTA, Felipe de Alvarenga. **Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinho**. Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Política Internacional, 2014.

BAZIN, Jean. A cada um o seu bambara. In: AMSELLE, Jean Loup; M'BOKOLO, Elikia. (Orgs.). **No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 119-167.

CARVALHO, Rui Duarte de. **Aviso à navegação - Olhar sucinto e preliminar sobre os pastores Kuvale da província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do sudoeste de Angola**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1997.

CARVALHO, Ruy Duarte. **Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território kuvale**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Páscoa Vieira diante da Inquisição: Uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DIAS, Jill. (Estereótipos e realidades sociais: Quem eram os 'Ambaquistas'?) In: DIAS, Jill; CRUZ e SILVA, Rosa. **Construindo o passado angolano: As fontes e a sua interpretação, Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, p. 599-623.

ESTERMANN, Carlos. **Etnografia do Sudoeste de Angola: Os Povos Bantos e o grupo étnico dos Ambos**. Adaptação de José de Azevedo e Jaime Gomes. 2ª ed. corrigida, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; VILA, XURXO Ayán; APARÍCIO, Álvaro Falquina; CHEMERE, Yonatan Sahle. (Arqueología de los pueblos nilóticos: una prospección arqueológica y etnoarqueológica de la región de gambela) (Etiopía occidental), Universidad Complutense de Madrid, **Revista Informes y Trabajos**: Excavaciones en el exterior, nº. 3, 2009, p. 53-62.

HESPANHA, António Manuel. **Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Tinta-da-China, 2019, p. 73-85, 215-249.

MAMDANI, Mahmood. Decolonizing the political Community. In: MAMDANI, Mahmood. **Neither Settle nor Native**. The Making and Unmaking of Permanent Minorities. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, London, England. 2020. pp. 334-362.

MATA, Inocência. A literatura africana e a crítica pós-colonial. **Revista Reversões**. Manaus, AM: UEA Edições, 2013, p. 15-35.

MARCOCCI, Giuseppe. (A fé de um império: a inquisição no mundo português de quinhentos). **Revista de História**, São Paulo, Vol. 1, n. 164, p. 65-100, jan/jul 2011.

---

NEWITT, MALYN. “Formal and Informal Empire in the History of Portuguese Expansion.” **Portuguese Studies**, vol. 17, 2001, pp. 1–21. Disponível em: JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/41105156>. Accessed 31 Oct. 2023.

SANTANA, de Marise; FERREIRA, Dias Edson; NASCIMENTO, Washington. **Luanda & Bahia: Identidades e etnicidades em contextos contemporâneos**. 1 ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020. p. 17-35. NEWITT, MALYN. “Formal and Informal Empire in the History of Portuguese Expansion.” **Portuguese Studies** 17 (2001): 1–21. <http://www.jstor.org/stable/41105156>

TORRES, Manuel Júlio de Mendonça. **O Distrito de Moçâmedes, das Fases de Origem e da Primeira Organização, 1485-1859**. Câmara Municipal de Moçâmedes, Moçâmedes, 1974. 2 Volumes, edição fac-similada da edição de 1950. 1º vol.

Recebido em: 25/02/2023  
Aprovado em: 30/05/2023